

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Doratioto, Francisco

GUERRA E REGENERACAO: TRES ESTUDOS SOBRE O PARAGUAI

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9,
núm. 2, 2005, pp. 79-87

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526442004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GUERRA E REGENERAÇÃO: TRÊS ESTUDOS SOBRE O PARAGUAI

Francisco Doratioto¹

A guerra contra a Tríplice Aliança (1865-70) significou uma hecatombe para o Paraguai, repercutindo profundamente na evolução de sua sociedade e, mesmo, nas dos países vencedores. Muito se escreveu sobre o conflito, em alguns casos com abordagens mais emocionais do que histórico-analíticas, e, em outros, como forma de instrumentalizar o passado para justificar o presente. Este foi o caso, no Paraguai, da apologia dos despótas do século XIX – José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-40), Carlos Antonio López (1844-62) e Francisco Solano López (1862-70) – promovida principalmente pelo regime ditatorial de Alfredo Stroessner (1954-1989). Nos antigos países aliados, no século XIX e parte do XX, se deu ao conflito o caráter de cruzada civilizatória, minimizando interesses concretos, como a questão dos territórios litigiosos, ou a complexidade da situação regional no Prata entre 1862 e 1865. A consolidação das democracias no Cone Sul; a melhor organização e facilidades de acesso a arquivos e a maior profissionalização da figura do historiador, renovaram o interesse pela História do Paraguai. Essa recente historiografia se caracteriza pela preocupação em transceder simplificações dicotômicas, pelo respeito às normas científicas e pela valorização da pesquisa documental.

Os artigos aqui comentados pertencem a essa renovação historiográfica e estão, de algum modo, relacionados com a Guerra Grande/Guerra do Paraguai. Ricardo Pavetti, em *La ocupación de Mato Grosso a través de fuentes paraguayas*, trata de operações militares, enquanto Adelina Pusineri, no artigo *Las luchas político-democráticas a través de la prensa y la Convención Nacional Constituyente de 1870*, analisa, por meio do estudo das colunas de *La Regeneración*, as lutas políticas em torno da Constituinte que definiu a organização da Segunda República. Os dois autores transcrevem generosos trechos da documentação e constroem relatos e análises. Raquel Zalazar, em *Renegeración de la sociedad paraguaya: aporte de los inmigrantes (1870-1904)*, utiliza-se da bibliografia sobre a imigração

¹ Professor no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília e autor de vários trabalhos sobre a história das relações entre o Brasil e os países do Rio da Prata.

paraguaia até 1904 e avança em reflexões nas quais se entrecruzam as histórias política, econômica e das mentalidades.

No primeiro artigo, pela ordem cronológica, *La ocupación de Mato Grosso a través de fuentes paraguayas*, Ricardo Pavetti trata de tema pouco conhecido. Mato Grosso constituiu área marginal na guerra, pois o principal teatro de operações encontrava-se no sul, em torno da fortaleza de Humaitá. Nem por isso, porém, deve ser subestimado, pois nessa província o Paraguai se apoderou de valioso armamento, que utilizou na frente sul, e ficou caracterizada a anemia e a desorganização militar terrestre do Império do Brasil, em contraste com a forma de atuar do Exército paraguaio – ação rápida, planejada e baseada em grande superioridade numérica – e o controle absoluto da operação por Francisco Solano López. A invasão paraguaia também expôs o isolamento físico dessa região do resto do Brasil, a ponto de não poder ser socorrida militarmente por terra.

Pavetti define seu artigo como um “esquema aproximativo” que antecede pesquisas adicionais. O autor tem um longo caminho pela frente e é promissor seu ponto de partida, o de, constatada ter sido a Guerra do Paraguai tratada de forma binária – “História dos vencedores/História dos vencidos” – se propor a superá-la, utilizando a polarização como ponto de sustentação na elaboração de uma nova história sobre o conflito. Este tem sido, de fato, o esforço recente de historiadores de diferentes nacionalidades.

As pesquisas adicionais de Pavetti devem resultar em importantes informações. Elas demandam, para melhor apreender a complexidade do objeto, ir além dos relatos oficiais dos chefes militares invasores de Mato Grosso. Em Assunção há documentação diversificada sobre a invasão de Mato Grosso, distribuídas, entre outros lugares, no arquivo de Estanislao Zeballos, depositado no Ministério de Defesa paraguaio; na *Sección Civiles y Judiciales* do Archivo Nacional e, mesmo, em livros de memórias dos que combateram do lado paraguaio ou foram testemunhas da guerra. Portanto, os comentários seguintes têm o sentido de dialogar com as conclusões desse artigo preliminar, na expectativa de poder contribuir no avanço da pesquisa.

A invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias é o marco cronológico tradicionalmente aceito para o início da Guerra do Paraguai. Pavetti, porém, questiona utilizá-la como parâmetro único, pois a agressão militar é “una forma posible de agresión entre outras”, como

intimidações, tentativas de debilitamento econômico, de isolamento, que o Paraguai teria sofrido. Essa abordagem, porém, torna menos clara a compreensão daquele momento, ao confundir os elementos de um processo histórico que criam situação de tensão internacional com a forma de pôr fim a esta. Situações de tensão internacional podem ser tratadas de forma política, para solucioná-las pacificamente; para mantê-las estáveis (a Guerra Fria, por exemplo), ou então, de forma militar, pelo recurso à guerra. Neste caso, cabe a uma das partes a decisão de atacar primeiro e ser, portanto, a responsável pelo início do conflito. Não fosse assim, a história do Rio da Prata teria se caracterizado, no século XIX e, mesmo, parte do XX, por situação de guerra permanente, tendo em vista que sempre se encontra pelo menos uma daquelas características nas relações intra-regionais nesse período.

La ocupación de Mato Grosso aborda, de modo introdutório, dois temas conhecidos superficialmente, o das condições de vida da população de Corumbá ocupada e o translado desses habitantes para o Paraguai. O artigo parece considerar a possibilidade de não terem sido duras as condições de ocupação e que os corumbaenses tenham tido algum grau de decisão sobre seu destino. Essa impressão decorre da leitura do item “Aspectos de la vida cotidiana en Corumbá” no qual há a descrição de festa, mas não de saques ou violências feitos pelos ocupantes ou de resistência por parte dos moradores; as pesquisas adicionais do autor devem trazer essas informações. A mesma impressão ocorre de comentário a trecho do informe do capitão Barreiro, sobre a viagem do vapor Ygurey, abarrotado de gente, dessa cidade para o Paraguai. O militar escreve que um brasileiro atirou-se à água e morreu, ao ser atingido pela hélice da embarcação, o que leva Pavetti levanta a comentar que “el aparente suicidio del ciudadano brasileño sugiere una translocación forzada”. Quanto à morte, o contexto do ato parece indicar antes uma tentativa frustrada de fuga; para suicidar-se bastaria esse cidadão atirar-se diretamente sobre a hélice ou, talvez, agredir a guarda armada. Por outro lado, embora esta cautela seja característica do pesquisador sério, nesse caso ela é excessiva ao afirmar “sugiere una translocación forzada”. Seria fato inédito, na história das ocupações militares, uma população abandonar voluntariamente seus lares e bens, para dirigir-se, apenas com a roupa do corpo, em barco apinhado de gente, para o país conquistador. Em meu livro *Maldita Guerra* caracterizo, com base em documentos da *Sección Civiles y Judiciales*, do Archivo Nacional de Asunción, que a população de Corumbá foi forçada a abandonar a cidade e ir para o Paraguai.

Por último, chama a atenção o trecho do artigo que afirma terem inexistido caudilhos “en el Paraguay Independiente (1817-1870)”, ou qualquer tipo de rebelião, graças à constituição precoce do Exército paraguaio. Este, escreve Pavetti, assegurou “el empleo de la fuerza legítima como monopólio del Estado; por lo que no surgieron amagos de anarquiá alguna”. Em favor da melhor compreensão do artigo, caberia explicar o significado desse corte cronológico, pois, afinal, o Paraguai era independente antes de 1817 e assim continuou após 1870. Quanto à existência de um Exército precocemente organizado, cabe a reflexão de que também o Império do Brasil já o possuía ao tornar-se independente e, mais, tinha uma Marinha de Guerra, instituições não evitaram duas décadas de rebeliões provinciais. Parece, sim, que o despotismo precoce, baseado na força militar e no terror, eliminou fisicamente potenciais caudilhos concorrentes ou mero opositores, restando o caudilho supremo, intitulado oficialmente Ditador Perpétuo, José Gaspar Rodríguez de Francia. No governo deste o Paraguai viveu a paz dos cemitérios; escreveu Efraim Cardozo que “la simple emisión de opiniones desfavorables al Gobierno o a la persona del Dictador era castigada como un crimen ordinario” (*Apuntes de Historia Cultural del Paraguay*, Asunción: Universidad Católica, s.d., p. 203). Os López reproduziram esse modelo, mas com menor grau de violência, até porque em mais de duas décadas de ditadura francista aqueles que poderiam divergir do poder tinham sido mortos ou estavam no exílio, em Buenos Aires. Considerado esse contexto, impacta a classificação feita pelo autor sobre o “empleo de la fuerza legítima como monopólica del Estado”, quando este era despótico e patrimonial.

O totalitarismo francista tornou o Paraguai indigente de quadros políticos e administrativos preparados para gerenciar o país. Para amenizar o problema, Carlos Antonio López contratou técnicos ingleses e enviou jovens paraguaios para estudar na Europa; parte destes, porém, perdeu a vida na guerra. Após o término do conflito, o Paraguai carecia de homens com experiência administrativa e condições intelectuais para comporem as novas estruturas políticas e liderarem a reconstrução do país. Esse vácuo foi preenchido, em grande parte, pelos exilados paraguaios que viviam na Argentina e retornaram ao país com idéias liberais. As propostas desses homens e o início da vida política paraguaia encontram-se expostos no artigo de Adelina Pusineri intitulado *Las luchas político-democráticas a través de la prensa y la Convención Nacional Constituyente de 1870*.

Adelina Pusineri utiliza, para seu estudo, os artigos do jornal *La Regeneración*, que teve vida curta, de 1º de outubro de 1869 a 23 de setembro de 1870. Foi, porém, importante período para a organização política paraguaia no pós-guerra, sendo que, em parte dele, até 1º de março de 1870, Francisco Solano López continuou a resistir no interior do país. Nesses meses começaram a se definir os dois grupos políticos que, duas décadas depois, se formalizariam em partidos, bem como se elegeu a assembléia constituinte que deu a forma política para o Paraguai de pós-guerra.

Escreveram em *La Regeneración* os ex-exilados que retornaram ao Paraguai com as tropas aliadas; no geral eram membros da Legión Paraguaya, que lutou a guerra contra López incorporada ao Exército argentino. Sinal dos novos tempos, no jornal também escrevia uma mulher, Asunción Escalada. Na Argentina, esses paraguaios incorporaram idéias liberais que defendiam fossem aplicadas na reconstrução do Paraguai, como o regime constitucional e a liberdade de culto.

Os autores dos artigos de *La Regeneración* confiavam na capacidade das concepções liberais transformarem a realidade paraguaia, de uma sociedade autoritária para outra nos moldes das nações européias. Na população, porém, não predominava tal tipo de demanda, quer por achar “natural” o despotismo, após décadas sob sua dominação, quer principalmente porque, na impressionante miséria em que se encontrava, a preocupação maior era a sobrevivência física. O quadro era de destruição: Assunção fora saqueada por tropas brasileiras – e não “aliadas”, como afirma a autora – e por aventureiros civis. No campo o sistema produtivo fora destruído e a população rural migrava para a capital, em cujas ruas, durante o ano de 1869, era comum a cena de cadáveres daqueles que foram vitimados pela fome.

Nessas circunstâncias, é legítima a questão proposta por Adelina Pusineri: as manifestações políticas nesse período, das quais *La Regeneración* era um porta-voz, atendiam às necessidades da reconstrução do Paraguai ou tinham como objetivo se apoderar do botim de guerra? É difícil responder, mas mais difícil ainda é supor que, frente à trágica situação de seus compatriotas, os paraguaios que se envolveram nessas manifestações políticas tivessem, desde o início de sua chegada a Assunção, interesse em saquear os poucos bens públicos disponíveis. Ao ler, porém, a análise dos artigos de *La Regeneración*, expostos cronologicamente, vê-se que na luta pelo poder, exposta com o surgimento de outro jornal, *La Voz del Pueblo*, era pouco clara a

diferenciação programática. Serve como resposta à pergunta de Pusineri constatar que, no Paraguai destruído e com o comércio controlado por estrangeiros, ocupar cargos públicos era uma forma de obter bens materiais ou um mínimo de renda; quer por ex-exilados, quer por antigos seguidores de Francisco Solano López. Poucos eram os políticos paraguaios sinceros em suas preocupações com o país, como José Segundo Decoud, nome citado no artigo em tela. Um exemplo inverso é o de José Díaz de Bedoya, um dos membros do triunvirato que compunha o Governo Provisório, instalado pelos aliados em agosto de 1869. Díaz de Bedoya foi para Buenos Aires, com ouro e prata das igrejas paraguaias, que deveria vender para atender os gastos com a subsistência dos sobreviventes da guerra. Da capital argentina, ele renunciou, em maio de 1870, à condição de membro do Governo provisório sem, porém, devolver os metais preciosos ou remeter o resultado de sua venda.

O artigo de Adelina Pusineri desnuda o descompasso entre o vago projeto nacional, defendido em *La Regeneración*, e a realidade do Paraguai de 1869-70. E tanto foi assim, que a decepção com os rumos da política concreta, levou um de seus articulistas, “presumivelmente José Segundo Decoud”, na penúltima edição do jornal, a dar a seu artigo o subtítulo “La dictadura en el Paraguay”, em referência não ao passado, mas à situação política em setembro de 1870. Subtítulo simbólico, como também o foi a trajetória pessoal de seu presumível autor, o qual desiludiu-se com parte de seus companheiros liberais, aparentemente vendendo-os como carentes de espírito público e tornou-se o intelectual “do outro lado”. Provavelmente para influenciar os rumos do Paraguai, estabilizando-o politicamente, Segundo Decoud se aliou ao general Bernardino Caballero, figura carismática que havia combatido na guerra contra os aliados, ajudando-o a fundar, em 1887, o Partido Colorado. Frente ao Paraguai mergulhado na pobreza e na instabilidade política, José Segundo Decoud suicidou-se em 1909. Na carta de despedida à sua esposa, Benigna, escreveu:

Los ciudadanos de la antiguedad clásica preferían la muerte, a una vida estéril y truncada por las bajas pasiones de los hombres. He concebido así la idea de una inmolación, como un sacrificio personal ante el área sagrada de la Patria. Ojalá que este holocausto cierre la nómina de los que habiéndole entregado toda su vida, sucumben también ofreciéndole su propia muerte! Que los muertos entierren a sus muertos!

Para a elite política paraguaia do pós-guerra a Europa e a Argentina eram os paradigmas a serem seguidos. Tal qual em outros países periféricos, mostra-nos Raquel Zalazar, também no Paraguai o imigrante europeu era tido como superior, em vontade e capacidade de trabalho, ao campesinato local. Havia, na realidade, necessidade generalizada, na periferia capitalista, de mais mão-de-obra para ampliar a produção agrícola e a exploração mineral, de modo a atender a crescente demanda dos países centrais. No caso paraguaio, à essa necessidade acrescenta-se que a imigração seria, também, uma forma de suprir, mesmo que parcialmente, as perdas demográficas com a guerra contra a Tríplice Aliança.

Anteriormente, a imigração mais significativa que ocorreu no Paraguai fora a entrada, para permanência provisória, de mais de 200 técnicos ingleses, de 1852 à guerra contra a Tríplice Aliança. Sabe-se da função militar desses técnicos, utilizados na modernização das defesas do país, mas a autora lembra que eles tiveram uma “influencia cultural importante”. Há referências, em outros autores, à uma vida cultural mais ativa em Assunção no início da década de 1860, normalmente creditados à presença de Elisa Alicia Lynch, companheira irlandesa de Francisco Solano López. Seria interessante seguir a pista levantada por Zalazar quanto à influência dos técnicos ingleses e de suas famílias sobre os hábitos de uma sociedade praticamente fechada para o mundo até pouco antes.

O artigo *Regeneración de la sociedad paraguaya* demonstra que, na visão da nova elite governante e intelectual paraguaia, a imigração seria uma outra “regeneración” do país, que somava-se àquela representada pelas idéias liberais. O estrangeiro era a esperança da recuperação da estagnada economia local, quer por constituir mão-de-obra dinâmica, quer pela expectativa de que trouxesse capital. Por outro lado, paradoxalmente, era visto, por intelectuais, como uma ameaça à cultura paraguaia tradicional, enquanto para os políticos, por ser ser o imigrante um fator novo, constituía-se em elemento potencialmente perturbador das formas de dominação construídas após-1870. Talvez se pudesse considerar a hipótese de, no Paraguai dessa época, haver relação entre idéias liberais e maior abertura à imigração. Afinal, como o demonstra o artigo, foi na década de 1880, quando o poder era exercido por políticos avessos ao liberalismo, que houve um recuo governamental na receptividade ao imigrante.

Raquel Zalazar identifica como obstáculo à imigração o desprezo e a xenofobia dos paraguaios em relação aos estrangeiros, sentimentos que persistiram, compreensivelmente, no pós-guerra. Na realidade, eram sentimentos profundos, com origem no isolamento em que o Paraguai viveu do exterior, até inicio da década de 1840. A historiadora uruguaia Ana Ribeiro, no excelente *El caudillo y el dictador*² (Montevideo: Planeta, 2003), descreve esse isolamento, de início imposto por Buenos Aires, e logo reforçado pelo ditador Francia, o qual incutiu nos paraguaios que do exterior, do contato com pessoas e idéias, o país somente podia esperar ameaças. De todo modo, embora também cautelosos com a influência estrangeira, os governantes paraguaios, pós-1870, buscaram que a população fosse tolerante em relação a ela, até porque o país estava sob ocupação militar aliada.

O artigo constata que foi diferente o impacto da presença estrangeira na cidade e no campo. Em Assunção, os estrangeiros controlavam o comércio – as estatísticas são de 1886, mas dificilmente tiveram alterações expressivas até 1904 – e tinham forte presença nas profissões liberais, enquanto no campo a contribuição dos imigrantes “fué más bien modesto”. O contraste urbano/rural tem origem na própria guerra, pois as tropas aliadas eram acompanhadas por verdadeiro exame de comerciantes, de diferentes nacionalidades, parte dos quais se radicou em Assunção, mesmo após a retirada das últimas tropas brasileiras do país. Por outro lado, houve o fracasso da maioria das colônias de imigrantes instaladas no campo com apoio oficial. Esse fracasso decorreu de um conjunto de fatores: a carência de infraestrutura de transportes no país; a falta de produto primário, com vantagem competitiva sobre os de outros países da região, que pudesse ser exportado para os países capitalistas centrais; a precária segurança jurídica e, mesmo, o risco físico, decorrente das “revoluções”, nas quais governo e/ou rebeldes praticavam violências contra os civis, como alistamento à força e depredação de bens. Ademais, o apoio à imigração era limitado pelos modestos recursos do governo paraguaio, enquanto os outros países do Rio da Prata forneciam incentivos maiores; desfrutavam de posição geográfica e tinham maior estabilidade política. Como

² O caudilho do título é Gervásio Artigas e o ditador José Gaspar Rodriguez de Francia. A partir de vasta pesquisa em fontes primárias e secundárias, o livro analisa a figura de Artigas nas lutas platínas, seu asilo no Paraguai; sua relação com Francia, de quem foi prisioneiro, e sua morte, no exílio voluntário, já em 1850.

conseqüência, o Paraguai se viu afastado dos grandes fluxos imigratórios do final do século XIX.

O leitor tem, neste número da *Diálogos*, a rara oportunidade de conhecer as preocupações, abordagens metodológicas e teóricas de três diferentes estudos históricos de autores paraguaios. A mediterraneidade física do Paraguai tem o seu equivalente no isolamento intelectual do país, cujos autores e estudiosos são pouco conhecidos no exterior, particularmente no Brasil. Assim, se Roa Bastos é familiar conhecido do meio acadêmico e do público brasileiro, poucos leram os notáveis romances e pesquisas históricas de Guido Rodríguez Alcalá ou, ainda, a obra ficcional de Gabriel Casaccia, caracterizada pela hábil construção psicológica e pela crítica social e política. O mesmo ocorre com a historiografia paraguaia, pois nos cursos de Historia no Brasil, poucos conhecem, para citar dois exemplos em extremos generacionais, os trabalhos do veterano Manoel Peña Villamil ou de Ricardo Scavonne Yegros. Esse desconhecimento resulta não de desinteresse, mas, sim, da dificuldade em se encontrar artigos de intelectuais paraguaios nas nossas revistas universitárias. Deve-se, portanto, parabenizar a iniciativa da publicação desta mesa redonda, que é um estímulo à reflexão sobre o Paraguai, vizinho fisicamente tão próximo e intelectualmente tão distante.